

COSAN LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 17.346.997/0001-39
NIRE 35.300.447.581

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

29 DE ABRIL DE 2016

ÍNDICE

PROPOSTAS.....03

**ANEXO I - COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA – Item 10 do
Formulário de Referência.....07**

**ANEXO II - REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES - Item 13
do Formulário de Referência.....24**

COSAN LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 17.346.997/0001-39
NIRE 35.300.447.581
Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, às 14:00 horas, na sede da Companhia:

(i) Analisar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Propomos que sejam aprovadas as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme divulgadas em 25 de fevereiro de 2016 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através do sistema Empresas.NET, e em 03 de março de 2016 publicadas nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial” e no “DCI - Diário Comércio, Indústria e Serviços”, considerando a proposta de destinação do prejuízo apurado no exercício conforme descrito no item (ii) abaixo.

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no **Anexo I** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Homologar a absorção do prejuízo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 pela reserva legal e pela reserva de lucros retidos nos exercícios anteriores.

Propomos a homologação para absorção do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ R\$ 30.030.026,22 (trinta milhões, trinta mil, vinte e seis reais e vinte e dois centavos), da seguinte forma: (i) R\$ 14.662.481,69 (catorze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos) pelo saldo da Reserva de Lucros dos exercícios anteriores; e (ii) R\$ 11.944.581,06 (onze milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e seis centavos) pela Reserva Legal de acordo com o Artigo 189, parágrafo único da Lei n.º 6.404/76. Dessa forma, a Companhia contabilizará o valor de R\$ 3.422.963,47 (três milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos) no conta de Prejuízos Acumulados.

Conforme decisão do Colegiado de 27 de setembro de 2011 da CVM (Processo CVM RJ2010/14687), a Companhia está dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 em decorrência da apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

(iii) Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016.

Atendendo ao disposto no Artigo 152 da Lei 6.404/76¹ bem como o Artigo 12, Inciso I, da Instrução CVM 481/09, propomos que a remuneração global dos administradores para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016 e a se encerrar em 31 de dezembro de 2016, seja no montante de R\$ 7.721.808,86 (sete milhões, setecentos e vinte um mil, oitocentos e oito reais e oitenta e seis centavos), sendo que (i) R\$ 5.153.898,86 (cinco milhões, cento e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos) corresponde à remuneração fixa, remuneração variável, encargos e benefícios, e (ii) R\$ 2.567.910,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentos e dez reais) corresponde ao reconhecimento do valor justo das opções de compra de ações decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações no exercício de 2016.

Informamos também que na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores

¹ Atendendo também o entendimento do Colegiado da CVM no âmbito do processo CVM nº RJ2014/6629

no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 3.044.921,78 (três milhões, quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12, II, da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no **Anexo II** a esta proposta.

Informações Gerais:

Poderão participar da Assembleia ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, por si ou por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelos serviços de ações escriturais da Companhia, e/ou agente de custódia, consoante o artigo 126 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). Os acionistas deverão se apresentar antes do horário previsto para o início da Assembleia, conforme indicado no respectivo Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- Acionistas Pessoas Físicas: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia;

- Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia;

- Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou

procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia.

Até 02 (dois) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia em questão, em conformidade com o artigo 11 do Estatuto Social, o Acionista que será representado por procurador deverá depositar na sede social os respectivos instrumentos de mandato e de representação, sendo que os outorgados deverão preencher os requisitos constantes na lei e no Estatuto Social da Companhia. Os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, aos cuidados de Ana Clara Machado Correa, na sede da Companhia localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 4º andar, sala 18, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e as cópias poderão ser enviadas ao e-mail: dep.ri@cosan.com

Caso o acionista não tenha depositado os instrumentos de mandato e de representação no prazo estabelecido no artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, seus representantes ou procuradores poderão participar da Assembleia, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes.

São Paulo (SP), 30 de março de 2016

A Administração
Cosan Logística S.A.

ANEXO I - COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA
(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

O exercício social da Companhia segue as seguintes definições:

- **31/12/2015** - exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015 e encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- **31/12/2014** - exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014 e encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- **31/12/2013** - exercício social de 9 meses, iniciado em 1º de abril de 2013 e encerrado em 31 de dezembro de 2013;

10.1 – Comentários dos diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	4.037.923	915.441	749.348
Lucro operacional	1.266.042	305.080	301.904
Lucro líquido	(157.885)	133.096	160.474
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.513.025	73.152	231.847
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	755.117	86.487	497.754
Empréstimos e financiamentos	8.487.093	784.709	705.974
Dívida líquida (1)	7.731.976	698.222	208.220
Patrimônio líquido	4.016.357	967.548	1.042.363
<u>Rentabilidade</u>			
Lucro líquido / Patrimônio líquido	-3,9%	13,8%	15,4%
Liquidez corrente (2)	-0,43	0,42	1,63

(1) Dívida líquida consiste da subtração dos saldos de caixa e equivalentes caixa e títulos de valor mobiliário de empréstimos e financiamentos.

(2) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida atingiu R\$4,0 bilhões, crescimento de 341,1% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em decorrência da aquisição da ALL e consequente aumento do volume transportado por sua controlada direta Rumo. Adicionalmente, o volume elevado pela Rumo em 2015 foi superior a 2014. O lucro operacional foi de R\$1,3 bilhões, crescimento de 315,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, enquanto que a dívida líquida bancária somou R\$7,7 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, contra R\$698,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, números impactados pela aquisição da ALL pela Rumo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a receita operacional líquida atingiu R\$915,4 milhões, contra R\$749,3 milhões no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2013, em função do ano fiscal de 12 meses em 2014 em comparação com o ano fiscal de apenas nove meses em 2013 e também por um maior volume elevado nos períodos comparáveis devido à melhor performance dos terminais, em sua controlada direta Rumo. O lucro operacional em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$305,1 milhões em comparação a R\$301,9 milhões no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2013, enquanto que as dívidas líquidas somaram R\$698,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em comparação com R\$208,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. O aumento da dívida líquida reflete a saída de caixa pelo pagamento de dividendos no montante de R\$250,0 milhões, novas captações junto ao BNDES e uma menor geração de caixa operacional em função de valores não

recebidos do contrato entre a Rumo e a ALL antes da incorporação, já que naquele ano as empresas entraram em arbitragem, os pagamentos foram suspensos e, com a aquisição da ALL, a arbitragem foi suspensa.

Apesar da obtenção de resultados operacionais positivos e crescentes, alinhados com as estimativas e o plano de negócios da Companhia, a difícil situação econômica e tensão política no Brasil têm influenciado o acesso da Companhia aos mercados de capitais e de renegociação da dívida corrente. Aproximadamente R\$2 bilhões em dívidas, arrendamentos e créditos imobiliários da Companhia deverão ser pagos em 2016.

A Companhia segue analisando alternativas que a permitam reequilibrar sua estrutura de capital, visando o pleno atendimento do seu plano de negócios de longo prazo. Essas medidas consideram (i) um aumento de capital previsto para o primeiro semestre de 2016, por meio de uma oferta pública de ações de emissão da Companhia com esforços restritos de colocação; (ii) a renegociação de determinadas dívidas com instituições financeiras com vencimento entre 2016 e 2018, que poderá ocorrer por meio de uma oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis, da espécie quirografária e com garantia fidejussória, (iii) a negociação de novos financiamentos junto ao BNDES, e (iv) o investimento de até R\$1 bilhão do FI-FGTS na Companhia, a ser realizado potencialmente por meio de uma emissão de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia. Todas essas medidas estão em curso na data deste Formulário de Referência e os Diretores acreditam não haver incerteza significativa quanto a sua viabilização.

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente estavam em boa situação em 2013, quanto o ativo circulante impactava o passivo circulante, e se deteriorou em 2014 em função principalmente do pagamento de dividendos na ordem de R\$250,0 milhões, tendo apresentado deterioração adicional em 2015 após a aquisição da ALL. A Companhia já trabalha em medidas para reequilibrar sua estrutura financeira, conforme mencionado acima.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações:

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia (relação entre capital próprio e exigibilidades) é adequada às atividades desenvolvidas e ao setor de atuação. Tais métricas de capitalização são adequadas para obtenção de financiamentos aos bancos, permitindo à Companhia lidar com os atuais níveis de investimentos e, ao mesmo tempo, manter um perfil de dívida favorável (financiamento de prazos longos e custos baixos).

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era composta de 11,6% de capital próprio e 88,4% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Estrutura de capital

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Capital de terceiros (total de empréstimos e financiamentos)	88,4%	44,8%	40,4%
Capital próprio (patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores)	11,6%	55,2%	59,6%

Em milhões de R\$	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido (atribuído aos acionistas controladores)	1.113,3	967,5	1.042,4
Endividamento bruto	8.487,1	784,7	706,0
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	755,1	86,5	497,8
Dívida líquida	7.732,0	698,2	208,2
Dívida líquida/PL	694,5%	52,5%	14,9%

Em 31 de dezembro de 2015 o patrimônio líquido era de R\$4,0 bilhões, aumento de 315,1% em relação a 31 de dezembro de 2014, decorrente principalmente da incorporação do patrimônio da ALL por sua controlada direta Rumo, em decorrência da aquisição de suas operações. Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o patrimônio líquido não sofreu variações significativas.

O capital de terceiros da Companhia está representado pelo endividamento bancário bruto, registrado em seu passivo nas contas de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante. Estes recursos são utilizados principalmente para expansão das operações de logística integrada. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava um endividamento bancário bruto no valor de R\$8,5 bilhões, impactado, principalmente pela aquisição da ALL. Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o endividamento bancário bruto não sofreu variação significativa.

A dívida bancária líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$7,7 bilhões. A dívida bancária líquida em 31 de dezembro de 2014 sofreu uma variação significativa em comparação a 31 de dezembro de 2013, decorrente da saída de caixa pelo pagamento de dividendos na Rumo no montante de R\$250,0 milhões, novas captações junto ao BNDES e menor geração de caixa operacional.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas na Lei das Sociedades por Ações.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida consolidada e do capital circulante líquido da Companhia:

R\$ milhões			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Vencimentos	Endividament o bruto (2013)	Caixa Bruto	Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida	Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida	Caixa Bruto (-) (Dívida) Líquida
Curto Prazo (até 1 ano)	(1.444,6)	755,1	(2.199,7)	(40,9)	390,6
Longo Prazo	(7.042,5)	-	(7.042,5)	(657,3)	(598,8)
Total Dívida Líquida Consolidada	(8.487,1)	755,1	(9.242,2)	(698,2)	(208,2)

	31/12/2014	31/12/2013	31/03/2013
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa e TVM (1)	734,5	72,7	52,6
Passivo circulante, exceto empréstimos e financiamentos (1)	(2.047,0)	(250,1)	(253,6)
Capital circulante líquido ("Capital de Giro")	(1.312,6)	(177,4)	(201,0)

(1) Excluídos do cálculo de capital de giro e considerados na posição de dívida líquida

A Companhia não possui uma situação favorável para o cumprimento dos seus compromissos financeiros, considerando que seu capital circulante líquido apresentava posição negativa no montante de R\$1,3 bilhões em 31 de dezembro de 2015, e positiva de R\$177,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$201,0 milhões em 31 de dezembro de 2013.

A administração acredita que as obrigações de longo prazo poderão ser satisfeitas preponderantemente com a geração de caixa operacional dos seus negócios, que foi de R\$ 1.513 milhões no exercício findo em 31/12/15 (R\$ 73,2 no exercício findo em 31/12/14).

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia e suas controladas utilizam regularmente as linhas de crédito do BNDES (FINAME e FINEM) no financiamento de ativos não circulantes. O saldo dessas dívidas em 31 de dezembro de 2015 era de R\$8,5 bilhões, contra R\$784,7 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$706,0 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Após a aquisição da ALL a situação financeira da Companhia se deteriorou, e a Companhia trabalha em medidas que a permitam reequilibrar sua estrutura de endividamento, visando o pleno atendimento do seu plano de negócios e sua continuidade operacional. Para mais informações, veja o item (a) acima.

Para maiores informações acerca de nossos contratos financeiros e nosso endividamento, vide item 10.1.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento, que serão ampliadas uma vez que as medidas mencionadas no item (a) acima sejam implementadas.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

(a) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía um endividamento bruto (empréstimos e financiamentos, principalmente contraídos junto ao BNDES, e debêntures) de R\$8,5 bilhões, dos quais R\$1,4 bilhões eram representados por dívida de curto prazo.

Contrato	Taxa de Juros	Valor do Principal (em R\$ milhares)	Vencimento
Bancos Comerciais	Pré-fixado	3.898	2016
	CDI + spread	205.781	2016
	CDI + spread	195.632	2019
Finame (BNDES)	Pré-fixado	1.016.060	2025
	URTJLP	217	2017
Finem (BNDES)	Pré-fixado	4.684	2024
	URTJLP	2.851.793	2029
	IPCA	4.152	2021
	Selic	5.595	2020
FRN	Dólar (US\$)	216.134	2017
Loan 4131	Dólar (US\$)	315.910	2017
NCE	Dólar (US\$)	126.669	2016
	% do CDI	406.805	2019
	% do CDI	304.644	2018
Debêntures conversíveis	URTJLP	2.592	2016

Debêntures não conversíveis	% do CDI	526.285	2018
	Pré-fixado	161.175	2020
	% da ROL	30.315	2016
	CDI + spread	775.228	2017
	CDI + spread	1.431.607	2018

(b) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. O BNDES destaca-se como principal parceiro, tendo a Companhia desembolsado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 recursos no montante de R\$829,1 milhões comparado a R\$784,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(c) grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2015 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Determinados empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento, penhor de direitos creditórios, penhor de receitas, penhor de ações de emissão de subsidiárias da Companhia, entre outros.

(d) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das descritas no subitem (i) acima.

Com a aquisição da ALL, a Companhia iniciou um processo de discussão com os bancos definindo novos patamares para os covenants financeiros. Exceto pelo BNDES, cujos novos indicadores de Dívida Líquida/EBITDA e ICSD ainda estão por ser definidos, todos os demais credores cujos contratos financeiros estipulam covenants financeiros já concordaram com um índice de Dívida Líquida/EBITDA de até 5,5x, até a apuração a ser realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da

Companhia de 31 de dezembro de 2017. Se como resultado da negociação com o BNDES a Companhia passe a observar um índice de alavancagem inferior a este, o índice pactuado com o BNDES será estendido a todos os demais credores cujos contratos tenham a previsão de covenants financeiros semelhantes.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no item (i) acima nos termos repactuados. A Companhia registrou os seguintes índices financeiros apurados com base em suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2015:

- *ICSD de 0,11;*
- *PL/Ativo de 0,19x;*
- *Dívida Líquida/EBITDA de 4,08x; e*
- *EBITDA/Resultado Financeiro 2,41.*

Tendo em vista que a metodologia para apuração dos componentes dos índices financeiros é estipulada de modo específico em cada contrato de empréstimo e financiamento, não necessariamente esses valores correspondem aos valores de EBITDA e dívida bancária líquida apresentados nos demais itens deste Formulário de Referência ou aos índices conforme estipulados em cada contrato.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES não utilizadas, no montante de R\$1,2 bilhões, R\$698,6 milhões e R\$385,9 milhões, respectivamente. A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as condições contratuais, incluindo covenants financeiros.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

10.2 - Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultados das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Até 2014, a receita líquida da Companhia era composta pela prestação de serviços logísticos de transporte de açúcar, armazenagem e elevação portuária de açúcar e outros grãos. A operação de transportes baseada prioritariamente no contrato de parceria de transporte ferroviário foi a principal responsável pelo aumento das receitas nos últimos anos, além do avanço nos investimentos feitos para aumento da capacidade e eficiência das operações.

Em 2014, a Companhia apresentou um aumento de volume elevado de 21,1% em comparação a 2013, além de ter crescido o volume de açúcar transportado e operado nos terminais, sendo estes os principais fatores para o crescimento dos resultados.

A partir de 2015, após a incorporação da ALL, a receita líquida da Companhia passou a ser composta pelo (i) transporte ferroviário de produtos agrícolas, produtos industriais e contêineres, (ii) elevação portuária de açúcar e grãos (soja, milho e farelo de soja) e (iii) outras receitas que incluem receitas pelo direito de passagem de outras ferrovias e receitas pelo transporte de açúcar por outras ferrovias ou pelo modal rodoviário.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou um aumento de volume transportado de 4,5% além de ter crescido o volume de elevação portuária de commodities agrícolas em 5,1%, sendo estes os principais fatores para o crescimento dos resultados.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

- ambiente macroeconômico brasileiro;
- aquisições, parcerias e reestruturações societárias;
- demanda por serviços logísticos;
- sazonalidade;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- operações de *hedge* (conforme apresentadas no item 5.1 deste Formulário de Referência);
- barreiras comerciais nos Estados Unidos da América, Europa e outros mercados que atualmente limitem o acesso à indústria doméstico de açúcar por meio de cotas, subsídios e restrições à importação;
- volatilidade dos preços internacionais de petróleo (denominado em dólares) e mudanças correlatas nos preços domésticos de petróleo (denominado em reais), que impactem os custos de transporte da Companhia;
- crescimento do Produto Interno Bruto no setor do agronegócio brasileiro, o qual pode impactar a demanda pelos serviços da Companhia e, conseqüentemente, os volumes distribuídos e vendas no Brasil; e

- políticas tarifárias adotadas pelo governo brasileiro e pelos estados nos quais a Companhia opera e, conseqüentemente, suas obrigações tributárias.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia afirmam que os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, deveram-se, principalmente, ao aumento nos volumes operados e às variações nos custos de frete das operações de nossa controlada.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: (i) inflação; (ii) preços dos produtos transportados; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a. introdução ou alienação de segmento operacional.

Até a data deste Formulário de Referência não foi introduzido ou alienado quaisquer segmentos operacionais em nossas atividades, além daqueles já divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais.

Através da sua Controlada, a Companhia concluiu a incorporação das ações da ALL - América Latina Logística S.A. (“ALL”), de modo que todas as condições precedentes foram atendidas e, em 1º de abril de 2015, as ações de emissão da Rumo (BM&FBOVESPA: RUMO3), já refletindo os efeitos da Incorporação de Ações, passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA. Em decorrência deste processo as ações de emissão da ALL (BM&FBOVESPA: ALLL3) deixaram de ser negociadas na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2015.

10.4 – Comentários dos diretores acerca:

a) das mudanças significativas nas práticas contábeis:

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e para o período de nove meses findo em 31 de dezembro 2013.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais consolidadas da Companhia e pelas entidades do grupo.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e para o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2013.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer dos Auditores Independentes:

O relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de fevereiro de 2016 sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não contém ressalvas e nem opinião adversa.

O relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 3 de março de 2015 sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não contém ressalvas e nem opinião adversa.

10.5 – Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em

moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.

Os julgamentos, estimativas e premissas significativas utilizados em nossas demonstrações financeiras sob as IFRS são:

Combinação de negócios: Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio derivado da transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável (teste de *impairment*). Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumento de dívida ou patrimônio.

Contas a receber de clientes: A provisão para crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) quando não ocorre o recebimento de contas a receber de clientes no prazo igual ou superior a 90 dias. A PCLD deverá ser contabilizada em montante igual à perda que tais valores podem provocar, independentemente da adoção de critérios e limites estabelecidos pela legislação fiscal. A justificativa para tal procedimento é que os créditos devem figurar no balanço patrimonial por seu valor líquido provável de realização, independente de sua origem, tipo de operação ou devedor. Os créditos cobertos por garantias reais não podem ser incluídos entre aqueles considerados como base para cálculo da PCLD, mas se a garantia se mostrar insuficiente para a completa cobertura do crédito atualizado, a diferença deve ser considerada.

Ativos Imobilizado e intangível, incluindo ágio: O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados incluem as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis de vida útil definida e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados na demonstração financeira não pode ser derivado de mercados

ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para estes modelos são praticadas no mercado, sempre que possível, mas se isso não for viável, um grau de julgamento é requerido para estabelecer valores justos. O julgamento inclui considerações sobre os dados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Hedge. A Companhia celebrou contratos de empréstimos por meio da Resolução nº 4.131/62 e *Floating Rate Note* - FRN, denominados em dólares norte-americanos, com saldo de R\$315,9 milhões, e R\$ 216,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, respectivamente. A atual exposição desta operação foi protegida por um SWAP de R\$/CDI + spread. As variações do valor justo do derivativo contratado são reconhecidas como lucro ou perda no resultado do exercício.

Arrendamento mercantil. A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e determina, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, se assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, e nestes casos classifica-os como arrendamentos financeiros.

Provisão para demandas judiciais. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a Administração realizou avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando critérios do *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“COSO”) – 2013.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir, de forma razoável e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e

a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios do “*COSO*” *framework* de 2013.

a) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Na opinião da Administração e tendo como base as diretrizes de boas práticas em estrutura de controles internos definidas pelo *Committee of Organizations of the Treadway Commission* (COSO) – 2013, o sistema de controles internos é eficaz, mitigando riscos potenciais que possam impactar de forma relevante a acuracidade das informações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os auditores independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em virtude da cisão parcial dos ativos de logística da Cosan S.A Indústria e Comércio, em 6 de outubro de 2014, ocorreu a iniciação da negociação das ações de emissão da Cosan Logística S.A. na BM&FBovespa sob o código RLOG3, bem como o início de negociação ex-cisão com as ações de emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio.

Não houve qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários desde nossa constituição.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários desde nossa constituição.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários desde nossa constituição.

10.8 Descrições dos diretores de itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos anos.

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) natureza e o propósito da operação**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos anos.

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

- ii. Até 31 de dezembro de 2015, através da sua Controlada, a Companhia investiu R\$ 1.950 milhões nas seguintes iniciativas: (i) investimentos na malha ferroviária; (ii) diversas iniciativas realizadas durante o ano para melhorias no Porto e nos terminais; (iii) aquisição de novos vagões; e (iv) outras iniciativas.
- iii. Conforme divulgado em 23 de abril de 2015 a Companhia, através da sua Controlada, possui um plano de investimentos em expansão que totaliza aproximadamente R\$ 7,4 bilhões nos próximos 5 anos (2015-2019).

- iv. O plano de investimentos foi dividido em duas grandes etapas:

Plano de 18 Meses

Neste plano as iniciativas tem início imediato com foco prioritário em aumento de eficiência operacional e redução de custos da Companhia, através de um plano de substituição e reforma de locomotivas e vagões bem como recuperação da via permanente. Estas iniciativas devem levar a diversos benefícios como econômica de diesel e lubrificantes, redução de gastos como manutenção, aumento do nível operacional e redução de acidentes e otimização da circulação de trens.

Alem disso, melhorias operacionais devem proporcionar otimização de diversos processos para maior eficiência operacional com ganhos de volume e redução de custo. O total de investimentos em expansão do plano de 18 meses devem totalizar R\$ 2,8 bilhões.

Plano de Longo Prazo

Neste plano as iniciativas estão condicionadas a extensão do período de concessão e objetivam o aumento de capacidade bem como o crescimento do volume total transportado.

Os principais projetos são relacionados a ampliação e construção de novos pátios de cruzamento bem como a duplicação de 42 km críticos no trecho da cidade de Itirapina (SP) e Campinas (SP) de forma a aumentar o tamanho do trem tipo e conseqüentemente elevar o volume transportado. Além disso, prevê-se também a aquisição de material rodante (locomotivas e vagões) para aumento da frota e a melhoria dos acessos a portos e terminais em Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC).

O total de investimentos em expansão do plano de longo prazo devem totalizar R\$ 4,6 bilhões.

v. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos nos ativos de logística advém de linhas de crédito que a Companhia obteve junto ao BNDES.

vi. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos significativos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a malha ferroviária, a Companhia adquiriu, através da sua Controlada, novos materiais rodantes, trilhos e dormentes, bem como realizou investimentos na recuperação de ativos em más condições operacionais, recapacitação de trechos, reformas, melhorias e recuperação de

pátios e terminais no interior e nos portos operados pela Companhia a fim de aumentar a produtividade destes.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que não possuímos investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

ANEXO II - REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

(conforme Item 13 do Formulário de Referência)

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é competente para fixar a remuneração dos administradores da Companhia, de forma global e individual, sendo incluídos, em qualquer caso, quaisquer valores pagos a título de benefícios e reembolso de despesas.

Na prática, a política de remuneração tem tido por principal objetivo compensar adequadamente as atividades desempenhadas pelos administradores da Companhia, levando em consideração a natureza não operacional da Companhia. Parte dos administradores faz jus a remuneração, estabelecida de acordo com as funções por eles desempenhadas.

b. composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; (iv) razões que justificam a composição da remuneração; (v) a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato:

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é 100% composta por elemento fixo, consistente no pagamento de honorários aos membros do Conselho de Administração. Entretanto, se os resultados esperados pela Companhia forem superados, poderá haver o pagamento de valores extraordinários.

Os membros de tal órgão também devem ser reembolsados pelas despesas de viagem, estadia e outras despesas devidamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade. A remuneração do Conselho de Administração reflete as práticas do mercado e especialmente aquelas verificadas em empresas da mesma natureza, levando também em consideração as funções e responsabilidades de tais administradores.

Diretoria Estatutária

Atualmente, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração pela função que desempenham nesta Companhia.

Alguns membros da Diretoria Estatutária fazem jus a remuneração suportada por sociedade controladora pela função que desempenham nesta sociedade.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal não foi instalado na Companhia, desta forma, não há atualmente qualquer membro que faça jus a remuneração por este órgão.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não são considerados quaisquer indicadores de desempenho na determinação da remuneração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não são considerados quaisquer indicadores de desempenho na determinação da remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

As práticas de remuneração não consideram elementos de médio e longo prazo, concentrando-se apenas em honorários ou pró-labore pagos de forma fixa, tendo em vista o caráter não operacional da Companhia e o fato de que tais interesses são efetivamente alinhados por meio das práticas de remuneração da controlada Rumo Logística Operadora Multimodal S. A.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Os administradores da Companhia, na medida em que desempenhem funções nos quadros de suas controladas diretas e indiretas, são compensados pelo desempenho de tais funções.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social iniciado em 01/01/2016 (previsão)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	6,00	3,00	0,00	9,00
Número de Membros Remunerados	6,00	0,00	0,00	6,00
Remuneração Fixa Anual				
- Salário ou Pro Labore	1.459.386,46	0,00	0,00	1.459.386,45
- Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	18.720,00	0,00	0,00	18.720,00
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos Resultados	3.767.696,71	0,00	0,00	3.767.696,71
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Pós Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações	2.350.600,00	217.310,00	0,00	2.567.910,00
Total (Em R\$)	9.543.756,62	217.310,00	0,00	7.721.808,86

Exercício social encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	6,50	1,50	0,00	8,00
Número de Membros Remunerados	6,50	1,00	0,00	7,50
Remuneração Fixa Anual				
- Salários ou Pro Labore	477.011,78	0,00	0,00	477.011,18
- Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Pós Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações	2.350.600,00	217.310,00	0,00	0,00
Total (Em R\$)	2.827.611,78	217.310,00	0,00	3.044.921,78

(1) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária que são membros da Diretoria da Companhia foram pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados.

Exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração Fixa Anual				
- Pro Labore	0,00	1.492.516,96	0,00	1.392.516,99
- Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00	174.698,76	0,00	174.698,76
- Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	297.245,11	0,00	297.245,11
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos Resultados	0,00	1.168.748,11	0,00	1.168.748,11
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Pós Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (Em R\$)	0,00	3.133.208,94	0,00	3.133.208,94

(2) Alguns membros do Conselho de Administração também são membros da Diretoria da Companhia. Nesta seção, constam apenas os valores da remuneração relativa a posição que ocupam no Conselho de Administração

(3) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária que são membros da Diretoria da Companhia foram pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados.

Exercício social encerrado em 31/12/2013 (9 meses)	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração Fixa Anual				
- Pro Labore	0,00	1.302.481,02	0,00	1.302.481,02
- Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00	191.832,08	0,00	191.832,08
- Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	263.565,03	0,00	263.565,03
Descrição de outras remunerações fixas		Refere-se à contribuição patronal do INSS		
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	0,00	832.562,01	0,00	832.562,01
- Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Pós Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (Em R\$)	0,00	2.594.440,14	0,00	2.594.440,14

(4) Alguns membros do Conselho de Administração também são membros da Diretoria da Companhia. Nesta seção, constam apenas os valores da remuneração relativa a posição que ocupam no Conselho de Administração

(5) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária que são membros da Diretoria da Companhia foram pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social iniciado em 01/01/2016 (previsão)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	3,00	0,00	9,00
Nº de membros Remunerados	6,00	0,00	0,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	NA	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	3.767.696,16	NA	NA	5.715.050,16

(1) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária são pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados

Exercício social Encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,50	1,50	0,00	8,00
Nº de membros Remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados ⁽²⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	NA	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	NA	0,00

(1) Valores totais previstos para o período de 01/01/2015 a 31/12/2015

(2) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária são pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,00	3,83	NA	7,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados ⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2013 (9 meses)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	3,00	NA	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados ⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA

(1) Os valores de bônus dos membros da Diretoria Estatutária são pagos como Participação nos Resultados, em vista da alteração do Acordo de Participação nos Resultados

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui plano de Remuneração Baseado em Ações atualmente em vigor. Contudo, foram outorgadas opções para compra de ações da Companhia no ano de 2014,

devido a cisão parcial da Cosan e consequente incorporação, pela Cosan Logística S. A., da parcela cindida, conforme divulgado em Fato Relevante de 1º de Outubro de 2014. Foram distribuídas, na proporção 1:1, opções da Cosan Logística S. A. (RLOG3), para os beneficiários dos Planos de 2011, 2013 e 2014 do Plano de Remuneração Baseado em Ações da Cosan Indústria e Comércio S. A., conforme abaixo.

a. termos e condições gerais:

O Plano de Opção de Compra de Ações, instituído nos termos do art. 168, § 3º da Lei nº 6.404/76, foi devidamente aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 29 de julho de 2011.

O objetivo do Plano é atrair e reter executivos da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, concedendo a eles a oportunidade de se tornarem acionistas. Com isso, é esperado obter-se um maior alinhamento de tais executivos com os interesses dos acionistas.

As opções outorgadas devem respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas. Também poderão ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criará periodicamente Programas de Opção de Compra de Ações (os “Programas”), em que serão definidos os beneficiários, o número total de ações da Companhia objeto de outorga, a divisão da outorga em lotes, se for o caso, o preço de exercício, os prazos para o exercício da opção, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. O Contrato deverá definir pelo menos as seguintes condições:

(i) o número e a espécie de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;

(ii) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;

(iii) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades pelo descumprimento destas restrições;

(iv) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

b. principais objetivos do plano:

O plano tem como principais objetivos (i) estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, permitindo aos executivos adquirir ações da Companhia; e (ii) possibilitar à Companhia a obtenção e manutenção dos serviços de executivos, oferecendo a tais indivíduos uma vantagem adicional e a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos:

O plano contribui para os objetivos acima expostos na medida em que a possibilidade de aquisição de ações de emissão da Companhia sob condições diferenciadas permite que se criem incentivos consideráveis para que os executivos busquem comprometer seus recursos para adquirir ações. Assim, espera-se que os participantes busquem contribuir para a criação de valor no longo prazo, na medida em que seus ganhos dependerão da valorização das ações também no longo prazo. A possibilidade de que se obtenha tais ganhos, por outro lado, deverá proporcionar a retenção destes executivos.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

O plano está inserido na política de remuneração da Companhia de modo a dar importância considerável ao atendimento de objetivos de prazo maior, fazendo com que parte da remuneração dos executivos esteja vinculada ao desempenho da Companhia e aos interesses dos seus acionistas. Parte do valor atribuído aos administradores da Companhia depende dos indicadores de seu desempenho, sendo o Plano um componente substancial desta política de remuneração.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

Em relação ao plano em vigor, há um prazo mínimo de carência e um limite máximo anual da parcela de opções que poderão ser exercidas, cujas diretrizes serão estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os administradores deverão buscar o aumento de seus rendimentos pessoais também pela venda futura destas ações, a preço maior do que o pago para exercício das opções. Espera-se, com isso, que cada participante contemplado sinta-se responsável pelo crescimento da Companhia e pelos seus objetivos, de forma que apenas aufera ganho na medida dos ganhos dos acionistas.

O Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2011, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de agosto de 2011, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 12.000.000 (doze milhões) de ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 22,80 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 2,61.

O Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2013, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2013, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 1.000.000 (um milhão) de ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 45,22 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 5,00.

O Terceiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2014, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de agosto de 2014, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 320.000 (trezentos e vinte mil) ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 39,02 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 4,12.

f. número máximo de ações abrangidas

Para o Plano vigente as opções outorgadas devem respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano aprovado não menciona o número máximo de opções a serem outorgadas. Para o Primeiro Programa, o Conselho de Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de agosto de 2011, ao aprovar o Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2011, estabeleceu a outorga de até 12.000.000 (doze milhões) de ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 22,80 por ação. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 2,61.

Para o Segundo Programa, o Conselho de Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2013, ao aprovar o Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2013, estabeleceu a outorga de até 1.000.000 (um milhão) de ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 45,22 por ação. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 5,00.

Para o Terceiro Programa, o Conselho de Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de agosto de 2014, ao aprovar o Terceiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2014, estabeleceu a outorga de até 320.000 (trezentos e vinte mil) ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 39,02 por ação. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 4,12.

Para os quatro Programas, os preços estabelecidos por ação devem ser atualizados monetariamente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

h. condições de aquisição de ações

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos respectivos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrados entre a Companhia e seus beneficiários, conforme diretrizes apontadas pelo Conselho de Administração.

O Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2011, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de agosto de 2011, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 12.000.000 (doze milhões) de ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 22,80 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 2,61.

O Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2013, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2013, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 1.000.000 (um milhão) de ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 45,22 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 5,00.

O Terceiro Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia – Ano Calendário de 2014, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de agosto de 2014, estabeleceu que os beneficiários poderão adquirir ou subscrever ações ordinárias da Companhia, sendo a outorga de até 320.000 (trezentos e vinte mil) ações, sendo que as opções outorgadas poderão ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 39,02 por ação, a ser atualizado monetariamente pelo IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 4,12.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de emissão das ações (ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções), será determinado pelo Conselho de Administração, ou Comitê, conforme o caso, e será equivalente ao valor

médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na BM&FBovespa, anteriores à concessão da opção, podendo ser atualizado com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido um desconto de até 20% (vinte por cento) no Preço do Exercício. A concessão de desconto em um determinado Programa não obrigará que o mesmo percentual seja aplicado em Programas posteriores.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos respectivos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrados entre a Companhia e seus beneficiários.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criará periodicamente Programas de Opção de Compra de Ações (os “Programas”), em que serão definidos os Beneficiários, o número total de ações da Companhia objeto de outorga, a divisão da outorga em lotes, se for o caso, os prazos para o exercício da opção, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades.

Conforme mencionado anteriormente neste item 13.4., foram aprovados três Programas de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações. O Primeiro Programa – Ano Calendário de 2011, estabelecendo a outorga de até 12.000.000 (doze milhões) de ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 12 meses a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 22,80 por ação. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 2,61. Os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. O Segundo Programa – Ano Calendário de 2013 estabeleceu a outorga de até 1.000.000 (um milhão) de ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 45,22 por ação. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 5,00. Os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra. O Terceiro Programa – Ano Calendário de 2014 estabeleceu a outorga de até 320.000 (trezentos e vinte mil) ações, podendo as opções ser exercidas após, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar de sua aprovação, pelo preço de R\$ 39,02 por ação. Deste programa, foi aprovada em Comitê de Remuneração de 21 de agosto de 2015 a distribuição de opções da Cosan Logística S. A. pelo valor de outorga de R\$ 4,12. Os valores serão atualizados monetariamente

pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, até a efetiva data de subscrição ou compra.

Para os Programas, do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e de outras devoluções de capital por ações, pagos pela Companhia a partir da data da outorga da respectiva opção.

k. forma de liquidação

O Preço de Exercício poderá ser pago pelos Beneficiários à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício da opção; ou na forma a ser determinada pelo Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso, sendo no mínimo o pagamento de 10% (dez por cento) do valor total à vista.

Do Preço de Exercício serão deduzidos o valor dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e de outras devoluções de capital por Ação, pagos pela Companhia a partir da data da outorga da respectiva opção.

l. restrições à transferência das ações

O Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas em virtude do exercício de opções, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto do Plano, se atendido o período mínimo de indisponibilidade determinados pelos Programas, conforme anteriormente caso.

Conforme estabelecidos nas regras dos Programas, as ações adquiridas ou subscritas poderão ser livremente alienadas pelo participante, no mercado de ações (Bolsa de Valores), observados os períodos de bloqueio fixados no Plano, na legislação em vigor, nas normas internas e na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Conforme ainda estabelecido nos Programas, serão alienadas ou emitidas, nos limites do capital autorizado e de acordo com as disponibilidades previstas em cada Programa, ações ordinárias nominativas, que assegurarão os mesmos direitos previstos para as demais ações ordinárias emitidas pela Companhia.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, ou pelo Comitê, conforme o caso, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das ações.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

a) Término do Contrato de Trabalho ou do Mandato do Beneficiário por Justa Causa

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por justa causa, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

b) Término do Contrato de Trabalho ou do Mandato sem Justa Causa

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário sem justa causa, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

c) Demissão ou Renúncia Voluntária do Beneficiário

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por pedido de demissão ou renúncia voluntária, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

d) Aposentadoria do Beneficiário

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário por sua aposentadoria, definida no Plano como a completa e definitiva interrupção de suas atividades profissionais de caráter econômico, seja junto à Companhia ou outro empregador, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

e) Falecimento ou Invalidez Permanente do Beneficiário

Se o Beneficiário tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, os direitos decorrentes de parte das opções serão exercíveis, pelo período e de acordo com as condições determinadas no Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado entre a Companhia e o respectivo seu beneficiário. Se o Beneficiário falecer, os direitos decorrentes de parte das opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores, que poderão exercê-los pelo período e de acordo com as condições determinadas no respectivo Contrato.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

		Exercício encerrado em 31/12/2015			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Cosan S.A. Indústria e Comércio	Ações ordinárias	8.203	2	NA	8.805
	Opções de compra de ações	5.495.000	765.000	NA	6.260.000
Cosan Limited	Ações ordinárias A	5.000	NA	NA	5.000
	Ações ordinárias B	NA	NA	NA	NA
	BDRs	NA	NA	NA	NA
Cosan Logística S.A.	Ações ordinárias	8.203	2	NA	8.205
	Opções de compra de ações	5.415.000	685.000	NA	6.100.000

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Exercício social Iniciado em 01/01/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	6,00	3,00	9,00
Nº de membros Remunerados	3,00	1,00	4,00
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014
Quantidade de opções outorgadas	Programa 1) 4.330.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000	Programa 1) 525.000 Programa 2) 80.000 Programa 3) 80.000	Programa 1) 4.855.000 Programa 2) 240.000 Programa 3) 240.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Programa 1) Tranches A e B R\$ 2,83 Tranche C R\$ 4,85 Programa 2) R\$ 5,53 Programa 3) R\$ 4,53	Programa 1) Tranches A e B R\$ 2,83 Tranche C R\$ 4,85 Programa 2) R\$ 5,53 Programa 3) R\$ 4,53	Programa 1) Tranches A e B R\$ 2,83 Tranche C R\$ 4,85 Programa 2) R\$ 5,53 Programa 3) R\$ 4,53
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga ⁽¹⁾	Programa 1)R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B)	Programa 1)R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche	Programa 1)R\$ 1,71 (tranche A) R\$

	R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68	B) R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68	4,65 (tranche B) R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ⁽²⁾	1,33%	0,17%	1,50%

Exercício social encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	6,50	3,00	9,50
Nº de membros Remunerados	3,00	1,00	4,00
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013 Programa 3) 17/08/2014
Quantidade de opções outorgadas	Programa 1) 4.330.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000	Programa 1) 525.000 Programa 2) 80.000 Programa 3) 80.000	Programa 1) 4.855.000 Programa 2) 240.000 Programa 3) 240.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos	Programa 1) 20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2) 100% ao final de 5 anos Programa 3) 100% ao final de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Programa 1) Tranches A e B R\$ 2,63 Tranche C R\$ 4,45 Programa 2) R\$ 5,07 Programa 3) R\$ 4,17	Programa 1) Tranches A e B R\$ 2,63 Tranche C R\$ 4,45 Programa 2) R\$ 5,07 Programa 3) R\$ 4,17	Programa 1) Tranches A e B R\$ 2,63 Tranche C R\$ 4,45 Programa 2) R\$ 5,07 Programa 3) R\$ 4,17
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-

(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há Programa 3) Não há
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga ⁽¹⁾	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B) R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B) R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B) R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ⁽²⁾	1,33%	0,17%	1,50%

Exercício encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	3	3	6
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013	Programa 1) 18/08/2011 Programa 2) 23/05/2013
Quantidade de opções outorgadas	Programa 1) 1.900.000 Programa 2) 160.000	Programa 1) 5.800.000 Programa 2) 160.000	Programa 1) 7.700.000 Programa 2) 320.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Programa 1).20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2).100% ao final de 5 anos	Programa 1).20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2).100% ao final de 5 anos	Programa 1).20% a cada ano, por 5 anos; ou 10% a cada ano, por 10 anos Programa 2).100% ao final de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Programa 1).R\$ 2,55 Programa 2)R\$ 4,84	Programa 1).R\$ 2,55 Programa 2)R\$ 4,84	
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-

(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Programa 1) Não há Programa 2) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	Programa 1) Não há Programa 2) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há	Programa 1) Não há Programa 2) Não há
Valor justo das opções na data da outorga ⁽¹⁾	Programa 1) R\$ 1,71 Programa 2) R\$ 0,68	Programa 1) R\$ 1,71 Programa 2) R\$ 0,68	Programa 1) R\$ 1,71 Programa 2) R\$ 0,68
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ⁽²⁾	0,55%	1,51%	2,06%

(1) Média ponderada do valor justo das opções na data de outorga levando em consideração os critérios e prazos de exercícios estabelecidos no item 13.9

(2) Diluição considerando o número total de ações emitidas pela Companhia na data da outorga bem como o número de ações de fato outorgadas, a saber, 9.825.000, apesar do plano aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 18/08/2011 ter aprovado a inclusão de 12.000.000 de ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social :

Exercício encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	6,50	3,00	9,50
Nº de membros Remunerados	3,00	1,00	4,00
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	Programa 1) 2.318.000 Programa 2) 160.000 Programa 3) 160.000	Programa 1) 105.000 Programa 2) 80.000 Programa 3) 80.000	Programa 1) 2.423.000 Programa 2) 240.000 Programa 3) 240.000
Data em que se tornarão exercíveis	Programa 1) 18/08/2016 Programa 2) 21/05/2017 Programa 3) 17/08/2018	Programa 1) 18/08/2016 Programa 2) 21/05/2017 Programa 3) 17/08/2018	Programa 1) 18/08/2016 Programa 2) 21/05/2017 Programa 3) 17/08/2018
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício	Não há	Não há	Não há
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B) ou R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B) ou R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B) ou R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68
Opções exercíveis			
Quantidade	Programa 1) 2.344.000 Programa 2) Não há Programa 3) Não há	Programa 1) 420.000 Programa 2) Não há Programa 3) Não há	Programa 1) 2.754.000 Programa 2) Não há Programa 3) Não há
Prazo máximo para exercício das opções	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022	Programa 1) 17/08/2016 ou 19/08/2021 Programa 2) 20/05/2020 Programa 3) 16/08/2021 Programa 4) 21/08/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há

Preço médio ponderado de exercício	Programa 1) R\$ 2,83 (tranches A e B), R\$ 4,85 (tranche C) Programa 2) R\$ 5,53 Programa 3) R\$ 4,53	Programa 1) R\$ 2,83 (tranches A e B), R\$ 4,85 (tranche C) Programa 2) R\$ 5,53 Programa 3) R\$ 4,53	Programa 1) R\$ 2,83 (tranches A e B), R\$ 4,85 (tranche C) Programa 2) R\$ 5,53 Programa 3) R\$ 4,53
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B) ou R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B) ou R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68	Programa 1) R\$ 1,71 (tranche A) R\$ 4,65 (tranche B) ou R\$ 1,41 (tranche C) Programa 2) R\$ 0,68 Programa 3) R\$ 1,68
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 11.277.200,00	368.500,00	R\$ 11.645.550,00

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Até o exercício social encerrado em 31/12/2015 não houve exercício de opções e nem ações entregues a nenhum membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

A Companhia não possui plano de Remuneração Baseado em Ações atualmente em vigor. Contudo, foram outorgadas opções para compra de ações da Companhia no ano de 2014.

Devido a cisão parcial da Cosan e consequente incorporação, pela Cosan Logística S. A., da parcela cindida, conforme divulgado em Fato Relevante de 1º de Outubro de 2014, foram distribuídas, na proporção 1:1, opções da Cosan Logística S. A. (RLOG3), para os beneficiários dos Planos de 2011, 2013 e 2014 do Plano de Remuneração Baseado em Ações da Cosan Indústria e Comércio S. A., conforme abaixo.

a. modelo de precificação

O valor justo das opções outorgadas sob o Plano é precificado com base no Modelo Binomial para refletir a determinação do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

O modelo parte da premissa básica de que o comportamento do preço de uma ação em períodos futuros pode ser aproximado por duas trajetórias possíveis: uma ascendente e outra descendente. Deste modo, é construída uma árvore de trajetórias para o preço da ação. O fator ascendente e o fator descendente são determinados a partir da volatilidade da ação e pelo intervalo de tempo entre os passos de árvore. As trajetórias para o preço da ação são determinadas até o vencimento. No período final, a regra de decisão do titular da opção é entre exercer ou não a opção.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia, considerado com base no cálculo do valor das respectivas opções, é o valor de mercado das ações dos últimos 30 pregões na data de outorga.

Preço de exercício

As opções outorgadas até o presente momento tiveram seu preço de exercício fixado em R\$ 2,61 por ação para o Primeiro Programa, R\$ 5,00 por ação para o Segundo Programa e R\$ 4,12

para o Terceiro Programa, levando em consideração o valor de mercado das ações dos últimos 30 pregões.

Volatilidade esperada

Veja item 13.9. “d” abaixo.

Prazo de vida da opção

As opções de compra de ações objeto do Primeiro Programa podem ser divididas em duas Tranches, sendo os prazos e regras de exercício definidos no parágrafo abaixo.

Tranche A - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 20% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia dentro de um período de 5 anos. O período de exercício termina em 19 de agosto de 2016.

Tranche B - A segunda tranche segue o mesmo racional da primeira, com diferença do número de lotes, que se divide em 10 (dez) lotes de 1/10 (um décimo) das ações ofertadas em cada período. A cada ano um lote é liberado para que o Beneficiário possa exercer sua opção e o último lote fica disponível em 19 de agosto de 2021.

Para os demais Programas, não houve a divisão das opções em tranches.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da outorga, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado, em relação ao valor contábil das ações.

Taxa de juros livre de risco

A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na BM&FBovespa na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções outorgadas.

Com base nas premissas descritas acima, o valor justo das opções outorgadas com base no plano de opção de compra de ações foi estimado adotando-se os seguintes dados, aplicados à fórmula do modelo binominal:

	Opções concedidas em 18 de agosto de 2011	Opções concedidas em 18 de agosto de 2011	Opções concedidas em 23 de maio de 2013	Opções concedidas em 17 de agosto de 2014
	Tranche A	Tranche B		
Preço de concessão – R\$	R\$ 2,61	R\$ 2,61	R\$ 5,00	R\$ 4,12
Expectativa de exercício (em anos)	1 a 5	1 a 10	5 a 7	5 a 7
Taxa de juros	12,39%	12,39%	13,35%	12,43%
Volatilidade	31,44%	30,32%	27,33%	28,85
Rendimento do dividendo	6,80	8,15	17,95	15,67
Valor justo médio ponderado na data de concessão – R\$	1,71	4,65	0,68	1,68

(1) *O valor justo atribuído foi o valor de mercado na data do repasse (R\$17,90) uma vez que não houve período de carência para exercício destas opções.*

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, para as quais existem informações sobre preço das ações ou de opções disponíveis, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia após a formação da Raízen.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características utilizadas na mensuração do valor justo das opções estão descritas acima.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia não possui plano de previdência em vigor.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Informação não divulgada em virtude da medida liminar concedida em 2 de março de 2010, pelo juízo da 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, na Ação de Procedimento Ordinário nº 2010.5101002888-5 movida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro (“IBEF-RJ”), ao qual a Companhia é associada.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Atualmente não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Encerrado em 31/12/2015	100%	0%	0%
Encerrado em 31/12/2014	0%	0%	0%
Encerrado em 31/12/2013	0%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não houve qualquer remuneração paga a membros dos órgãos da Companhia por outras razões que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Os membros do Conselho de Administração não receberam remuneração pela função que desenvolvem na Companhia reconhecida no resultado de seus controladores diretos e indiretos, controladas da Companhia e sociedades sob controle comum.

13.16. Outras informações julgadas relevantes:

Não há.